



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 204/XII/3.ª SL

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2014, pelas 17:30 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 201 e 202;
2. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 331/XII (3.ª), da iniciativa da ANEAE (Associação Nacional de Apoio Especializado), que *Pretendem a suspensão do Protocolo de colaboração entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)*
Deputada relatora: Maria da Conceição Pereira (PSD);
3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 230/XII (3.ª) (GOV) – *Procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro*
Deputado autor do parecer: Nuno Sá (PS);
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 231/XII (3.ª) (GOV) - *Prorroga o prazo de suspensão das disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e das cláusulas de contratos de trabalho a que se refere o n.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho*
Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);
5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 236/XII (3.ª) (GOV) - *Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto*
Deputado autor do parecer: Vieira da Silva (PS);

6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), começou por colocar em apreciação as atas n.ºs 201 e a 202, referentes, respetivamente, às reuniões de 17 e 18 de junho, as quais, submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Maria Conceição Pereira apresentou de forma sucinta o relatório final da Petição n.º 331/XII (3.ª), que, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) apresentou o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 230/XII (3.ª) (GOV). Submetidas à votação, foram as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovadas, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e a abstenção do BE. Interveio de seguida a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) para dizer que se tinha absterido na votação do parecer porque em sede de votação, na generalidade, da proposta de lei, a posição do GP do BE será contra. Por seu lado, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) explicou que, para o GP do PCP era imprescindível fazer uma análise da constitucionalidade daquela iniciativa e que, não tendo a mesma sido feita, o GP do PCP não poderia ter deixado de votar contra.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) apresentou o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 231/XII (3.ª) (GOV). Submetidas à votação, foram as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovadas, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e a abstenção do BE. Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) para esclarecer, depois de cumprimentar a Deputada autora do parecer, que o GP do PCP tinha votado contra por não acompanhar a posição expressa relativa a aspetos de natureza constitucional. O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) associou-se à reflexão feita para dizer que deveria haver mais tempo para refletir e legislar melhor, sublinhando que não é desejável que situações daquela índole se verifiquem.

No quinto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) pediu a palavra para explicar que era de todo impossível apresentar um parecer minimamente sério sobre uma matéria tão importante e com tão grande complexidade técnica, tanto mais que a Nota Técnica tinha sido remetida apenas no final da manhã daquele dia. Lembrou ainda que aquela Proposta de Lei tinha dado entrada em data posterior à das Propostas de Lei

cujos pareceres tinham acabado de ser aprovados e que o prazo da discussão pública terminava a 4 de julho, prevendo-se que a entrada em vigor ocorra em janeiro de 2015.

O Senhor Presidente informou que, tendo conhecimento de que a COFAP ia reunir no dia 27 de junho às 14 horas e 30 minutos, aquela Comissão poderia reunir antes, após a interrupção para almoço do plenário, o que foi aceite por consenso.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas dezoito horas e vinte minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 15 de julho de 2014.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 24 de junho de 2014

Folha de Presenças

(Ata n.º 204/XII/ 3.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Nuno Sá
Pedro Roque
Teresa Costa Santos
António Cardoso
Conceição Bessa Ruão
Maria Conceição Pereira
Raúl de Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Altino Bessa
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Sónia Fertuzinhos
Vieira da Silva